



**PROCESSO N. 12/2024.**

**Modalidade: Pregão Eletrônico n. 07/2024.**

**RECORRENTE: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA.**

**OBJETO:** "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE E SERVIÇOS PARA A GESTÃO PÚBLICA, OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE E CORREÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, SC".

**ASSUNTO:** Recurso Administrativo em face da decisão que habilitou e declarou vencedora a Empresa **PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.** Alegação de não atendimento aos requisitos de habilitação, violação ao princípio da isonomia e da vinculação ao edital.

**I – Síntese:**

Trata-se de Pregão Eletrônico onde busca o Município de Cordilheira Alta a "[...] **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE E SERVIÇOS PARA A GESTÃO PÚBLICA, OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE E CORREÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, SC** [...]", de acordo com especificações contidas no Edital e anexos.

Realizado o Pregão Eletrônico e sendo HABILITADA e declarada VENCEDORA a Empresa PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, a Recorrente IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA, tempestivamente interpôs recurso, requerendo a revisão da decisão que habilitou a Recorrida.



Procuradoria-Geral do Município de Cordilheira Alta



Rua Celso Tozzo, 27, 2º andar, CEP 89.819-000



juridico@pmcordi.sc.gov.br



www.pmcordi.sc.gov.br



(49) 3358-9100



Para tanto, sinala pelo *"NÃO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO PELA PROPONENTE PRECISA"*, bem como, argumenta haver violação ao princípio da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório (edital), conforme razões apresentadas no Recurso em anexo.

E ao final, requer *"[...] o provimento do presente Recurso, para o fim de que seja revista a decisão que habilitou a empresa PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS ME no Pregão Eletrônico nº 07/2024"*.

É o relato necessário.

## **II – DAS CONTRARRAZÕES**

Instada a se manifestar, a Recorrida PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, apresentou as suas Contrarrazões, alegando em síntese, que atendeu a todos os requisitos necessários à sua habilitação, bem como, que atendeu ao instrumento convocatório em sua integralidade.

## **III – DA ANÁLISE DO RECURSO**

Consoante lição de Hely Lopes Meirelles<sup>1</sup>, a eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei, não havendo, na Administração Pública, liberdade nem vontade pessoal.

E por força destes aspectos, prudente frisar que enquanto na Administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei, expressamente, autoriza.

---

<sup>1</sup> Direito Administrativo Brasileiro, 37ª ed., São Paulo, Malheiros, 2011, p. 89;







Dito isto, e de acordo com os ditames constitucionais em vigor, para o particular vale a regra de que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei<sup>2</sup>. Outrossim, já para a Administração Pública, toda e qualquer ação que se pretenda praticar deve estar fundamentada no sistema legal, conforme artigo 37, caput, Constituição Federal de 1988<sup>3</sup>.

Neste sentido, ainda, conforme os ensinamentos do Especialista em Direito Administrativo e Mestre em Políticas Sociais, Professor Matheus Carvalho, acerca do princípio da legalidade.<sup>4</sup>

[...]

Com efeito, o administrador público somente pode atuar conforme **determina a lei**, amplamente considerada, abarcando todas as formas legislativas – desde o próprio texto constitucional até as leis ordinárias, complementares e delegadas. É a garantia de que todos os conflitos sejam solucionados pela lei, não podendo o agente estatal praticar condutas que considere devidas, sem que haja embasamento legal específico. Dessa forma, pode-se estabelecer que, no Direito Administrativo, se aplica o princípio da **Subordinação à lei**. Não havendo previsão legal, está proibida a atuação do ente público e qualquer conduta praticada ao alvedrio do texto legal será considerada ilegítima.

[...]

Vencidas as fases de admissibilidade, razões e requerimento do recurso, suas contrarrazões, bem como, de uma análise conglobante da matéria, em que pese as alegações interpostas pela Recorrente, defendemos que as mesmas não se sustentam, senão vejamos.

No particular, as alegações ofertadas pela Recorrente aduzem pelo não atendimento aos requisitos de habilitação, bem como pela violação ao princípio da isonomia e da vinculação ao edital.

<sup>2</sup> CRFB – Artigo 5º, inciso II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

<sup>3</sup> CRFB – Artigo 37. Caput. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá **aos princípios de legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

<sup>4</sup> Manual de Direito Administrativo. Salvador-BA: Editora jusPODIVM, 5º ed. 2018. P.67.





Para tanto, argumenta que:

[...]

Durante a fase de habilitação a empresa classificada em primeiro lugar, deixou de atender aos requisitos previstos no instrumento convocatório quando não anexou toda a documentação necessária para a sua habilitação dentro do prazo previsto para o referido ato.

Houve então a abertura de diligência para que a empresa classificada em primeiro lugar juntasse a documentação faltante, o que foi atendendo apenas parcialmente pela referida proponente. Diante disso, foi aberta nova diligência para a mesma finalidade, o que fere o princípio constitucional da isonomia entre as licitantes.

Ademais, a Recorrente ainda alegou haver a preclusão de prazo, bem como, a "[...] violação aos princípios que norteiam o processo licitatório, notadamente no que se refere à isono, o e a competitividade".

Prossegue aduzindo ainda que:

"[...] a abertura de diligência não pode ser utilizada de forma a afrontar aos princípios da isonomia entre as licitantes e da vinculação ao Edital, não podendo ser aplicada quando não houver dúvida sobre o conteúdo da proposta ou de algum documento apresentado pelo licitante, bem como quando visar a inclusão de um documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou que já foi oportunizada a sua apresentação em diligência anterior".

[...]

As irregularidades evidenciadas no certame violam aos princípios da isonomia e da vinculação ao Edital, na medida que a Administração não pode realizar tantas diligências até que a licitante consiga atender a documentação prevista no Edital.

E face a essas razões, requer "[...] o provimento do presente Recurso, para o fim de que seja revista a decisão que habilitou a empresa PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS ME no Pregão Eletrônico nº 07/2024".

Todavia, antes de adentrar no mérito das alegações da Recorrente, demais não é lembrar que a finalidade da licitação é de satisfazer o interesse público e buscar a proposta mais vantajosa, **desde cumpridas às exigências estabelecidas no instrumento convocatório, que se faz lei entre as partes, como também respeitar os princípios constitucionais e administrativos.**



Procuradoria-Geral do Município de Cordilheira Alta



Rua Celso Tozzo, 27, 2º andar, CEP 89.819-000



juridico@pmcordi.sc.gov.br



www.pmcordi.sc.gov.br



(49) 3358-9100





E neste sentido, salientamos que os atos praticados pela Administração Pública foram revestidos de clareza, coerência, objetividade e transparência, bem como a observância ao princípio vinculatório ao Ato Convocatório e ao Julgamento Objetivo.

Demais não é salientar o art. 64, da Nova Lei de Licitações, que estabelece:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, **salvo em sede de diligência**, para:

**I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;**

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Ainda, é prudente lembrar que, conforme item "17.2" do Edital, ***"É facultado ao (a) Pregoeiro, auxiliado (a) pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta"***.

Não fosse apenas isto, de acordo com o teor do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, c/c o art. 5º da Lei 14.133/2021, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, bem como seu processo e julgamento devem se conformar aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, e de outros primados de grande monta.

Nessa linha Carlos Ari Sundfeld e Benedicto Pereira Porto Neto apontam que:

"A licitação tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração (com aferição da capacidade do ofertante para cumpri-la) e garantir igualdade de tratamento aos interessados em disputar os negócios que ela pretenda realizar. As normas do procedimento licitatório, portanto, estão voltadas à satisfação desses propósitos. O formalismo, é bem verdade, faz parte da licitação, e nela tem seu papel. Mas nem por isso a licitação pode ser transformada em uma cerimônia, na qual o que importa são as fórmulas sagradas, e não a substância da coisa." (SUNDFELD, Carlos Ari; PORTO NETO, Benedicto Pereira. Licitação para concessão do serviço móvel celular. Zênite. ILC nº 49 - março/98. p. 204.)





S.M.J., havendo alguma falha formal, omissão ou obscuridade nos documentos de habilitação e/ou na proposta, defendemos que há um dever por parte do Pregoeiro em realizar diligência, superando-se o dogma do formalismo excessivo e prestigiando a razoabilidade e a busca pela eficiência, ampliação da competitividade e a proposta mais vantajosa para a Administração.

Assim, de uma análise conglobante do procedimento adotado pela Pregoeira, aliados aos princípios basiladores da administração pública, defendemos que não houve qualquer nulidade no procedimento adotado, uma vez que o objetivo maior do procedimento licitatório, é a consecução do interesse público aliada à observância dos primados da isonomia e igualdade de tratamento e condições entre os participantes, havendo que se conferir, muitas das vezes, uma interpretação finalística e legitimadora ao texto insculpido no art. 64, incisos I e II da Lei 14.133/2021.

Ademais, no caso em concreto, a inclusão posterior de documentos, por força da segunda diligência instaurada pela autoridade condutora do certame licitatório deverá ser admitida, **uma vez que necessária para comprovar a existência de fatos existentes à época da licitação.**

Isto porque, as diligências promovidas pela Pregoeira resultaram na juntada de documento que materializa uma situação já existente ao tempo da sessão durante a fase de habilitação, não havendo que se falar em ilegalidade ou irregularidade.

E, nos termos da documentação apresentada pela Recorrente, é o que restou demonstrado no caso em concreto.

É claro o entendimento do TCU no particular, posicionando-se que não é possível a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, **ressalvada a hipótese admitida pela jurisprudência de realização de diligência quando a documentação apresentada contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante.**



Procuradoria-Geral do Município de Cordilheira Alta



Rua Celso Tozzo, 27, 2º andar, CEP 89.819-000



juridico@pmcordi.sc.gov.br



www.pmcordi.sc.gov.br



(49) 3358-9100





Neste sentido, é oportuno frisar o posicionamento do TCU, no Acórdão n. 1.758/2003 - Plenário, onde entendeu ser regular, no âmbito de procedimento licitatório, a conduta da autoridade que procedeu a juntada posterior de comprovação de regularidade fiscal da licitante através de diligência promovida por pregoeiro.

Observamos que segundo aquela Corte de Contas, tal juntada não configuraria irregularidade, mas praticidade, celeridade e otimização do certame. O apego excessivo à letra da lei pode acarretar equívocos jurídicos, porquanto que não traduzem seu sentido real.

Ainda, no mesmo sentido, observamos que em sede do Acórdão n. 2.627/2013 - Plenário, igualmente o TCU concluiu ser indevida a inabilitação de licitante em razão da apresentação de atestado de capacidade técnica com data posterior à da abertura do certame, uma vez que tal documento tem natureza declaratória - e não constitutiva - de uma condição preexistente.

Naquele feito, apontou-se por equivocada a decisão do Pregoeiro consistente na inabilitação de licitante em razão de *"apresentação de atestado de capacidade técnica com data posterior à da licitação"*.

Oportuno ainda colacionar a decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União, chancelando a juntada de documentos novos, que comprovam situação pré-existente à época, como se observa por exemplo do Acórdão 1211/2021 - Plenário, senão vejamos:

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou







habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Observamos que do Voto do Ministro Walton Alencar, que foi o relator naquele feito (Processo Representação 018.651/2020-8), pode-se perceber que ele inclusive apontou sobre a possibilidade de juntar documentos que comprovem fatos já existentes, tudo com a finalidade de pensar na melhor proposta para a Administração Pública:

[...]

Como visto, a interpretação literal do termo "[documentos] já apresentados" do art. 26, §9º, do Decreto 10.024/2019 e da vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 pode levar à prática de atos dissociados do interesse público, em que o procedimento licitatório (meio) prevalece e ganha maior importância que o resultado almejado, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração (fim).

Imperioso observar que, visto por este prisma, a interpretação literal desses comandos legais vai contra o entendimento da jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que o edital não constitui um fim em si mesmo. Cito caso semelhante à situação ora tratada em que, por meio do Acórdão 1758/2003-TCU-Plenário, de minha relatoria, o TCU considerou regular a inclusão de documentos no processo licitatório, no ato da sessão, conforme autorizado pela pregoeira, no exercício de suas regulares atribuições, tratadas no art. 11, incisos XIII e XIV, do Decreto 3.555/2000.

O edital de licitação constitui instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, quais sejam, assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/93.

Dessa maneira, a interpretação e a aplicação das regras estabelecidas devem ter por norte o atingimento dessas finalidades, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuam para esse desiderato.

As regras de licitações e a jurisprudência vêm evoluindo nesse sentido, sendo possível, por exemplo, ante à falta de juntada de comprovantes de regularidade fiscal pelo licitante, a consulta, pelo próprio agente público que conduz o certame, a sítios públicos em que constem tais documentos, nos termos do art. 40, parágrafo único, do Decreto 10.024/2019.







Em alinhamento com esse entendimento, a vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação. Caso o documento ausente se refira a condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, haverá de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Isso porque admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).

Cito ainda o disposto no art. 64 da nova Lei de Licitações (Lei 14.133 de 1º de abril de 2021), que revogará a Lei 8.666/1993 após decorridos 2 anos da sua publicação oficial:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

O dispositivo reproduz a vedação à inclusão de novos documentos, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993; porém, deixa salvaguarda a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível e necessária a requisição de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

**Assim, nos termos dos dispositivos citados, inclusive do art. 64 da Lei 14.133/2021, entendo não haver vedação ao envio de documento que não altere ou modifique aquele anteriormente encaminhado.** Por exemplo, se não foram apresentados atestados suficientes para demonstrar a habilitação técnica no certame, talvez em razão de conclusão equivocada do licitante de que os documentos encaminhados já seriam suficientes, poderia ser juntado, após essa verificação no julgamento da proposta, novos atestados de forma a complementar aqueles já enviados, desde que já existentes à época da entrega dos documentos de habilitação.

[...]

Pelo exposto, voto por que o Tribunal acolha a minuta de acórdão que ora submeto à deliberação do colegiado.

TCU, Sala das Sessões, em 26 de maio de 2021.

WALTON ALENCAR RODRIGUES  
Relator



Procuradoria-Geral do Município de Cordilheira Alta



Rua Celso Tozzo, 27, 2º andar, CEP 89.819-000



juridico@pmcordi.sc.gov.br



www.pmcordi.sc.gov.br



(49) 3358-9100





A realização de diligências neste aspecto não é uma faculdade, mas um dever, em face do princípio da vantajosidade, bem como em face do já aludido princípio do formalismo moderado.

Por oportuno, frisamos que a jurisprudência pátria é uníssona quanto ao dever do Pregoeiro de buscar sempre a efetivação dos princípios mais caros à Administração Pública, dentre os quais a vantajosidade, razoabilidade, formalismo moderado, legalidade e eficiência.

Vejamos igualmente o entendimento consolidado do Egrégio Tribunal de Contas da União:

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame. (Acórdão 1795/2015 – Plenário)

É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 3615/2013 – Plenário)

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014 – Plenário).

O intuito basilar dos regramentos que orientam as aquisições pela Administração Pública é a contratação da proposta que lhe seja mais vantajosa, obedecidos os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. 2. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. 5 Declaração de Voto: (...) 21. Por oportuno, considero pertinente transcrever alguns trechos dos argumentos da unidade técnica que a levaram ao entendimento supra (grifos acrescentados): "É certo que se o edital de uma licitação fixa determinado requisito,



Procuradoria-Geral do Município de Cordilheira Alta



Rua Celso Tozzo, 27, 2º andar, CEP 89.819-000



juridico@pmcordi.sc.gov.br



www.pmcordi.sc.gov.br



(49) 3358-9100





deve-se considerar importante tal exigência. Esse rigor, contudo, não pode ser aplicado de forma a prejudicar a própria Administração ou as finalidades buscadas pela licitação. A licitação possui como objetivos primordiais: assegurar a igualdade de oportunidades entre os interessados e proporcionar a escolha da proposta mais vantajosa para o Poder Público. E, para tanto, rege-se por diversos princípios, entre eles o do procedimento formal, insculpido no artigo 4º, parágrafo único, da Lei 8.666/1993. Entende-se por procedimento formal a vinculação do certame licitatório principalmente às leis e aos editais que disciplinam todas suas fases e atos, criando para os participantes e para a Administração a obrigatoriedade de observá-los. O rigor formal, todavia, não pode ser exagerado ou absoluto. **O princípio do procedimento formal não quer dizer que se deva anular o procedimento ou julgamento, ou inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes. Esta necessidade de atenuar o excessivo formalismo encontra expressa previsão legal no § 3º do artigo 43 da Lei 8.666/1993 (...). Adotando-se essa medida, evita-se a inabilitação de licitantes ou a desclassificação de propostas em virtude de pequenas falhas, sem reflexos importantes, e preserva-se o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa (TCU. Acórdão 2.302/12 – Plenário).**

Salutar é sinalar que, o poder de diligência somente se legitima quando fundamentada no alcance do interesse público, pela busca da proposta mais vantajosa ou ampla competitividade.

Outrossim, quanto as alegações da Recorrente de que houve violação ao princípio da isonomia e também da vinculação ao instrumento convocatório, frisamos que a mesma igualmente não prospera.

Isto porque, embora se reconheça que o edital faça lei entre as partes, não há como se afirmar que o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório é absoluto. Com efeito, este pode ser relativizado nas hipóteses em que um licitante apresentar documento de habilitação ou proposta com algum vício ou irregularidade sanável. (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 542).

Razões pelas quais, improcede o inconformismo da Recorrente.



#### **IV – CONCLUSÃO**

**ISTO POSTO**, conclui-se que a Recorrente carece de razão em suas alegações, uma vez que os motivos alegados não possuem qualquer fundamentação plausível que justifique a reconsideração dos procedimentos adotados na sessão pública do processo licitatório em tela.

E por todo o exposto, o recurso interposto é conhecido por atender aos requisitos de admissibilidade, contudo, seus argumentos não suscitam viabilidade de reconsideração dos procedimentos adotados, razão pela qual mantém-se a **HABILITAÇÃO DA RECORRIDA PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA**, nos termos da decisão proferida pela Pregoeira.

Assim, encaminhe-se os autos à autoridade superior para análise, consideração e decisão do Recurso Administrativo em pauta.

Cordilheira Alta, SC, 21 de março de 2024.

Emerson Verdi  
Procurador Geral do Município  
OAB/SC 44.809  
**Emerson Verdi – OAB/SC 44.809**  
**(Procurador Geral do Município)**





**PROCESSO N. 12/2024.**

**Modalidade: Pregão Eletrônico n. 07/2024.**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE E SERVIÇOS PARA A GESTÃO PÚBLICA, OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE E CORREÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, SC

**RECORRENTE: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA.**

**Assunto:** Recurso Administrativo em face da decisão que habilitou e declarou vencedora a Empresa **PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.** Alegação de não atendimento aos requisitos de habilitação, violação ao princípio da isonomia e da vinculação ao edital.

**RATIFICAÇÃO DA DECISÃO**

Ratifico, na integralidade, a Decisão expedida pela Pregoeira do Município de Cordilheira Alta – SC, na data de 20 de fevereiro de 2024, nos autos do Processo Licitatório n.12/2024, Pregão Eletrônico n. 07/2024.

Desta forma, após detida análise da manifestação de interposição de recurso, em cumprimento aos princípios que norteiam a Licitação e a Administração Pública decido **CONHECER** e **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, adotando a fundamentação lançada na decisão da Pregoeira, como razões de decidir, mantendo, a empresa **PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA,** **HABILITADA** e vencedora do certame.

É a decisão.

Publique-se e intime-se.

Cordilheira Alta, SC, 21 de março de 2024.

**Rudimar Marafon**  
**Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento**



Procuradoria-Geral do Município de Cordilheira Alta



Rua Celso Tozzo, 27, 2º andar, CEP 89.819-000



juridico@pmcordi.sc.gov.br



www.pmcordi.sc.gov.br



(49) 3358-9100